


TEXTO PARA DISCUSSÃO



*O Comportamento do Mercado de Trabalho
em Santa Catarina nos anos de 1990.*

*Lauro Mattei
Sidnei L. Niederle*

N° 03/2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3331.9458 – Fax.: (48) 3331.9776**

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NOS ANOS DE 1990.

Lauro Mattei¹
Sidnei L. Niederle²

RESUMO

As últimas décadas do século XX mostraram um intenso processo de reestruturação capitalista, em que as empresas, para fazer frente ao acirramento da concorrência advinda do processo de globalização, buscam manter sua competitividade através de novas inserções produtivas. Este processo afetou significativamente o mundo do trabalho, de tal forma que a força de trabalho ficou exposta a inseguranças relacionadas ao desemprego e à condições de trabalho mais precárias. O artigo analisa, inicialmente, os marcos gerais deste processo para, posteriormente, discutir os impactos dessas mudanças no caso específico do Brasil. A partir daí, analisa-se a correspondência ou não dessas mudanças gerais no mercado de trabalho catarinense. Para tanto, são utilizados indicadores, tendo como fonte principal a PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios. O trabalho concluiu que as principais tendências do mercado de trabalho catarinense no final do século XX foram: a) expansão do setor terciário, onde atividades do comércio e serviços ganham força; b) tendência constante de redução da PEA ocupada no setor agrícola do estado; c) aumento da informalidade, fenômeno que se expressa de maneira mais forte no contingente da PEA ocupada feminina; e d) a continuidade da disparidade salarial entre homens e mulheres, sendo que estas últimas continuam em desvantagem, já que recebem rendimentos consideravelmente menores que os homens.

Palavras-chave: Globalização; Reestruturação; Mundo do Trabalho Catarinense.

1 - INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX conjugam períodos de intensas mudanças na economia mundial. O padrão fordista de produção e de acumulação, que vigorou por quase todo o século XX, alcançou seu auge no pós-guerra, conformando um período recorrentemente chamado de décadas de ouro do capitalismo (HOBSBAWM, 1995). Todavia, a partir de meados da década de 1970 tem início um período de crise, que vai culminar na ascensão da chamada globalização econômica no período seguinte.

Este fenômeno passou a significar a emergência de uma ordem mundial única que, sob os ditames do sistema capitalista, comanda todos os movimentos nas esferas da economia, da

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. mattei@cse.ufsc.br

² Economista. sidneiniederle@yahoo.com.br

política, da cultura e da ordem social. Com isso, essa nova ordem representa um processo de interdependência ascendente entre os povos e países nas suas relações econômicas (produtivas, comerciais, financeiras e tecnológicas), políticas e culturais, tendo o seu comando ancorado nas forças de mercado, as quais buscam criar e consolidar um padrão social global plasmado pelos valores hegemônicos do capital (MATTEI, 1997).

Segundo Coutinho (1995), as mudanças em curso configuram uma etapa nova e mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, que pode ser caracterizada como um estágio mais profundo e intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Por conseguinte, ao se especificar criteriosamente essas transformações, tornou-se possível atribuir conteúdo objetivo ao conceito de “globalização econômica”.

Para Chesnais (1995), “está em curso um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado e do capital financeiro centralizado, que se mantém sob a forma de dinheiro, obtendo rendimento como tal. Este processo, segundo o autor, é resultado de dois movimentos estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan” (CHESNAIS, 1996:34).

Sob a égide deste processo geral, observam-se profundas transformações no mundo do trabalho, as quais foram tão intensas que, segundo Antunes (1997), se pode afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século, atingindo não só a sua materialidade, mas produzindo profundas repercussões na subjetividade e na forma de ser da mesma.

Em parte, esse processo está relacionado ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que o mesmo acelera as transformações qualitativas do trabalho (alterações nas qualificações, na organização e na divisão técnica do trabalho) e a própria distribuição setorial do emprego, em função da expansão e/ou declínio das atividades econômicas. Assim, o conjunto de inovações difundidas nas últimas décadas afeta a qualidade do trabalho, destruindo velhas formas de organização e introduzindo novos tipos de articulação entre trabalho e capital. Neste novo cenário é que a questão do emprego e do desemprego passa a ter maior relevância em todo o mundo.

Desta forma, “percebe-se a conformação de espaços regionais de divisão do trabalho, com dinâmicas diferenciadas quanto ao uso e remuneração da mão-de-obra (...), pois os países periféricos, no intuito de fornecer condições vantajosas às corporações transnacionais e seguindo os programas das agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), provocam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, ampliando a jornada de trabalho e criando contratos de trabalho especiais) e a própria desregulamentação do mercado de trabalho” (POCHMANN, 2001:31).

Nesta lógica, segundo Mattoso (1999), os países que adotaram estratégias de inserção passiva e subordinada no mercado mundial pagam um duplo preço. Por um lado, se submetem aos novos mecanismos de extração do excedente por parte do grande capital internacional e, por outro, debilitam a produção e o próprio emprego nacional, ao colocar o trabalho em condições de desestruturação e anomalia intensas. No caso específico do Brasil, verifica-se que sua inserção nesta nova divisão internacional do trabalho vem ocorrendo de forma passiva, a partir da incorporação retardatária dos avanços técnicos e organizacionais inerentes ao novo padrão produtivo.

Dentre as principais mudanças na economia brasileira destacam-se a rápida abertura comercial iniciada no final da década de 1980 e início dos anos 1990 que, aliada aos sucessivos programas de estabilização, deu início ao processo de reestruturação produtiva. A década das reformas experimentou mudanças no papel do Estado, a partir da privatização de empresas estatais, além da estabilização monetária. Os ajustes nas empresas também geraram impactos negativos sobre o mundo do trabalho, como o aumento considerável do desemprego, das ocupações precárias e não regulamentadas e da expansão da informalidade.

É neste cenário que se insere o Estado de Santa Catarina, mesmo apresentando algumas especificidades. É expressiva a presença de pequenas e médias empresas em Santa Catarina, conformando uma estrutura setorial diversificada. Mesmo assim, observa-se que aumenta o excedente de mão-de-obra expulso de setores menos dinâmicos, como o primário, excedente este que não consegue mais ser absorvido pelo setor industrial ou por outros setores de maior dinamismo econômico.

A compreensão deste processo passa pela identificação dos fatores que impulsionam estas mudanças em âmbito mundial, mas também no que diz respeito aos seus aspectos efeitos locais específicos. Neste sentido, o texto busca interpretar o comportamento do mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990, à luz das principais mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho do país.

2 - Breves notas sobre o mercado de trabalho no Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu sob uma estrutura social concentradora de renda e geradora de desigualdade social. Na sua formação histórica, o Brasil avançou na modernização de seu parque produtivo, sofreu intenso processo de urbanização e deixou sem soluções questões centrais para o seu desenvolvimento, como os temas da reforma agrária, da reforma urbana, além de questões específicas relativas ao mercado de trabalho.

Especificamente em relação a esta última esfera, é possível identificar tendências que, em menor ou maior grau, são perceptíveis em âmbito mundial. Embora não tenha alcançado os níveis de estruturação observados em países desenvolvidos, o mercado de trabalho brasileiro até meados dos anos de 1980 foi marcado por constante elevação dos níveis de assalariamento, proteção estatal, com avanço da regulamentação e baixas taxas de desemprego aberto (CARDOSO JR, 2001).

Os limites alcançados neste período pelo modelo de desenvolvimento por substituição de importações, a crise iniciada no início da década de 1980 e a adoção de um conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos, afetaram negativamente o mercado de trabalho. A crise da economia (com elevada inflação e tentativas frustradas de seu combate) abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do liberalismo econômico.

Por conta disso, o Estado diminuiu seu poder de definidor e fomentador do desenvolvimento nacional, fato que se reflete no mercado de trabalho de duas maneiras principais: a primeira é o gradativo abandono, por parte do Estado, de políticas de estímulo à geração de empregos e, a segunda, é o também gradativo afrouxamento na regulação (e mesmo da regulamentação) desse mercado.

A partir dos anos de 1980 o setor secundário da economia, até aquele momento o mais dinâmico de todos, começa a estagnar e, conseqüentemente, a ter menor participação na geração de postos de trabalho. O setor primário manteve, mesmo que em menor grau, sua tendência de queda do número de trabalhadores, ao passo que o setor terciário sofreu uma enorme expansão, movimento que é acompanhado pelo aumento do desemprego e a geração de ocupações menos protegidas e em condições mais precárias (POCHMANN, 2002).

Na década de 1990 esta tendência se manteve, chegando o setor terciário, tradicionalmente caracterizado por atividades mais heterogêneas, a concentrar mais de 50% da PEA ocupada no ano de 2001, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). As ocupações no setor secundário se mantêm em patamares

similares aos do início da década e as atividades primárias mantiveram a trajetória de queda ao longo de toda a década, reduzindo drasticamente sua participação na PEA total.

Para se observar melhor estes movimentos, a tabela 1 apresenta a evolução da PIA, PEA, PNEA, da condição de ocupação e do desemprego no período entre 1992 a 2001. Por um lado, nota-se que a população em idade ativa variou 22% no período, enquanto que a população não economicamente ativa acumulou uma variação de 25,7% e a PEA variou 20%.

Chama atenção a comparação da variação anual média dos ocupados e dos desocupados. Enquanto o contingente da PEA ocupada cresceu a uma taxa de 1,7% ao ano, o contingente sem ocupação aumentou 6,2% ao ano no período. A aceleração expressiva dos desempregados também foi acompanhada por mudanças na composição dos ocupados.

Tabela 1: Evolução da População em Idade Ativa, da Economicamente Ativa da Não Economicamente Ativa, e da condição de ocupação e do desemprego. Brasil, 1992 e 2001.

| População | 1992 | 2001 | % a.a. | Var. % entre 1992- 2001 |
|------------------------------|-----------|-------------|--------|----------------------------------|
| PIA | 113722084 | 138.859.293 | 2,2 | 22,1 |
| PNEA | 43682705 | 54.890.348 | 2,6 | 25,7 |
| PEA | 69969210 | 83.951.777 | 2,0 | 20,0 |
| Ocupados | 65395491 | 76.098.344 | 1,7 | 16,4 |
| Trab. Domésticos | 4356000 | 5.942.892 | 3,5 | 36,4 |
| Empregador | 2406741 | 3.211.421 | 3,3 | 33,4 |
| Conta própria | 14195583 | 16.972.424 | 2,0 | 19,6 |
| Próprio uso e consumo | 3366634 | 3052371 | -1,1 | -9,3 |
| Não remunerados | 6848893 | 5.625.155 | -2,2 | -17,9 |
| Sem declaração | 434 | 3.447 | 25,9 | 694,2 |
| Assalariados | 34221206 | 41.290.634 | 2,1 | 20,7 |
| Com carteira | 19360003 | 22.376.749 | 1,6 | 15,6 |
| Militares e func públicos | 3972072 | 4.913.173 | 2,4 | 23,7 |
| Sem carteira | 10868542 | 13.994.972 | 2,8 | 28,8 |
| Sem declaração | 20589 | 5.740 | -13,2 | -72,1 |
| Desocupados | 4573719 | 7.853.433 | 6,2 | 71,7 |

Fonte: PNAD

Observa-se no período um comportamento distinto para as diferentes categorias ocupacionais. O trabalho doméstico sofre variação positiva de 36,4% no período. Também com elevada aceleração, a categoria empregadores variou 33,4% e os conta própria 19,6%. Enquanto isso, os não remunerados diminuíram em 17,9% entre 1992 e 2001. Em parte, este movimento é explicado pelo setor primário que, sendo o maior detentor deste tipo de

ocupação, acabou reduzindo fortemente sua participação devido a redução geral das ocupações agrícolas.

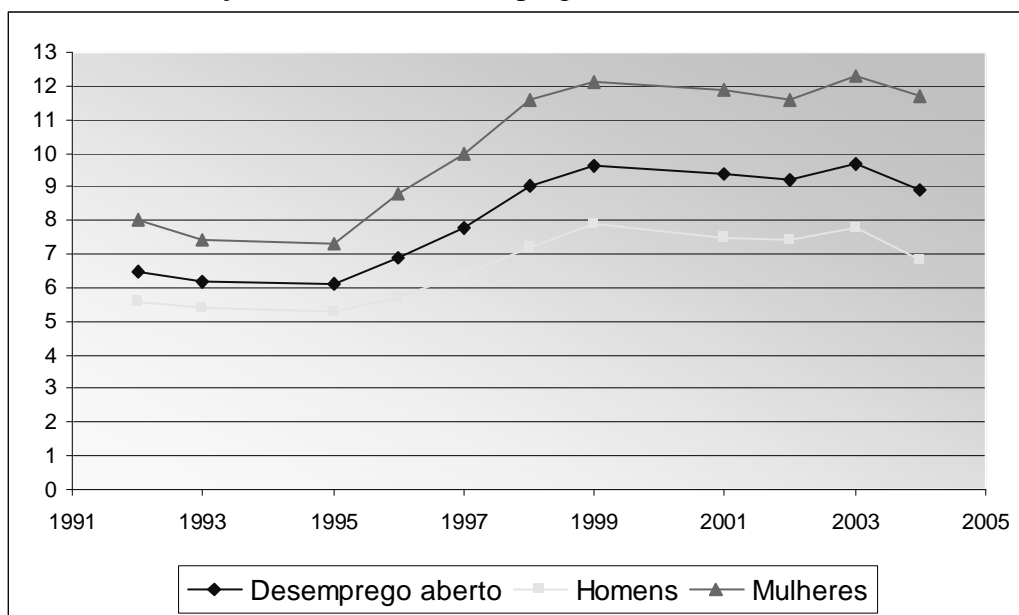
Para os assalariados, embora tenham sofrido incremento de 20,7% no período, é importante salientar que a maior contribuição foi dos assalariados sem registro em carteira, portanto em condições menos protegidas de emprego. Enquanto as ocupações com registro em carteira cresceram a uma taxa média anual de 1,6%, os sem carteira cresceram 2,8% ao ano, entre 1992 e 2001.

Para a análise geral do comportamento do mercado de trabalho é interessante observar também que o contingente subutilizado da força de trabalho (formado por desempregados, não remunerados e trabalhadores por conta própria) se manteve na faixa dos 36% da PEA. De modo geral, o conjunto das ocupações atípicas (marcadamente os assalariados sem registro e demais ocupações não protegidas, como conta própria, pequenos empregadores, etc) apresentou melhor desempenho no período. Este movimento, segundo Pochmann (2002), consolidou uma tendência, desde os anos de 1980, de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, ocorrendo a redução do assalariamento e a maior participação das ocupações menos organizadas, tradicionalmente expostas às condições mais precárias de atividade.

Já para Cardoso Jr. (2001), além da maior participação das ocupações atípicas no conjunto da PEA, ocorreu um relativo descolamento, sobretudo nos anos de 1990, da evolução do mercado de trabalho dos ciclos da economia medidos pelo PIB. Segundo esse autor, a abertura comercial e os constrangimentos macroeconômicos forçaram a maior racionalização do trabalho, num marco de reestruturação produtiva, além de ter-se gerado uma importante mudança na composição do emprego, com aumento das ocupações no setor terciário e a estagnação do setor secundário. O resultado foi que, em meados da década de 1990, quando se esperava que o emprego acompanhasse a evolução do produto, o mesmo não ocorreu, acentuando-se o problema do desemprego.

A partir deste momento o desemprego começou a despontar como um dos problemas mais graves da economia nacional. Saindo de taxas relativamente baixas de desemprego aberto no início da década, após 1995 as taxas crescem de forma acelerada até 1999. A partir deste período mantêm-se em patamares elevados, registrando leves flutuações, como é possível acompanhar no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução das taxas de desemprego aberto no Brasil. Brasil, 1992 a 2004.



Fonte: PNAD

Destaca-se o fato de o desemprego feminino superar de forma acentuada o desemprego masculino e o desemprego total no período. Como explica Cardoso Jr. (2001), este fenômeno pode ser entendido a partir da relação entre o contexto de retração da atividade econômica e elevação da concorrência pelo lado da oferta de mão-de-obra, além do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Dentre as causas principais do desemprego, o conjunto das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas em âmbito mundial, especialmente a reestruturação produtiva e os intensos avanços tecnológicos, são fatores preponderantes na determinação dos níveis de desocupação no Brasil. Além destes aspectos de ordem geral, os aspectos de ordem microeconômica, as condições de oferta de mão-de-obra e um cenário macroeconômico pouco propício à geração de empregos têm importantes implicações na determinação das taxas atuais de desemprego (CARDOSO JR., 2001).

As características do desemprego também se alteraram. Como alertam Rodarte et al (2005), na década de 1990 ocorreu piora na condição de vida dos desempregados por conta do aumento do tempo de duração da condição de desocupação, já que com o alargamento do tempo de procura de emprego reduzem-se as fontes de renda dos desempregados. Além disso, segundo esses autores, com o maior tempo de afastamento do trabalhador das atividades profissionais, a sua destreza e a atualização às inovações de processo são gradativamente deterioradas.

Em resumo, o mercado de trabalho brasileiro da década de 1990 experimentou transformações importantes, destacando-se a re-alocação setorial da força de trabalho em favor do setor terciário; aumento das formas mais precárias de trabalho; aumento dos níveis de informalidade; estagnação dos rendimentos do trabalho e o aumento expressivo do desemprego aberto (CARDOSO JR., 2001).

Este cenário do mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1990 insere-se em uma estrutura social geral que é marcadamente desigual, uma vez que os benefícios, em termos de ganhos de produtividade obtidos com o processo de reestruturação produtiva vividos na referida década, praticamente não se destinaram à força de trabalho, ou seja, os trabalhadores tiraram pouco proveito deste processo geral de mudanças que marcou o final do século XX no país.

É neste contexto que está sendo analisado o mercado de trabalho catarinense, cuja dinâmica econômica acompanha os movimentos gerais da economia do país. Entretanto, chama a atenção que muitos dos efeitos anteriormente mencionados se manifestam de maneira e de intensidade distintas no estado de SC, como é o caso dos efeitos da reestruturação industrial nos setores mais tradicionais da economia catarinense (LINS, 2000), ou mesmo nos movimentos mais suaves em relação ao que ocorre no Brasil de um modo geral, como é o caso das taxas de desemprego aberto, que foram bem menores em SC durante a década de 1990, comparativamente ao país.

3 - Mercado de trabalho catarinense: análise de variáveis selecionadas.

3.1 Aspectos gerais do mercado de trabalho catarinense.

As transformações no mercado de trabalho catarinense podem ser melhor entendidas a partir de duas diferentes fases do padrão de crescimento da indústria e, por conseguinte, do sistema produtivo estadual. A primeira vai de meados dos anos de 1960 até o início da década de 1990. Este foi um período em que se diversificou a base produtiva catarinense, com elevada expansão da indústria; expansão da infra-estrutura social básica; elevação dos investimentos em energia e transporte; consolidação de um novo sistema de crédito e estratégias de fomento ao desenvolvimento industrial. Ressalta-se que todo este movimento foi permeado pela participação efetiva do Estado (CUNHA, 1992; GOULARTI FILHO, 2003).

Segundo Goularti Filho (2003), “a mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca)” (p.12). O setor industrial passou a ser o motor da economia catarinense e esta se expandia com a presença efetiva do Estado, a partir dos seus órgãos de planejamento e fomento, “pensando” e orientando investimentos e os rumos do desenvolvimento econômico catarinense.

Em meados dos anos de 1970 consolidou-se o complexo agroindustrial (CAI), intimamente ligado ao processo de modernização da agricultura, seguindo o movimento de homogeneização dos sistemas produtivos agrícolas mundiais engendrados no que se denominou “Revolução Verde” (MATTEI, 1998), com estímulos estatais, sobretudo pela disponibilidade de crédito.

À conformação do CAI, soma-se a forte presença de grandes e médias empresas dos setores eletro-metal-mecânico, cerâmico, têxtil-vestuarista, papel e celulose, madeireiro, carbonífero, moveleiro, plásticos e porcelanas e cristais (GOULARTI FILHO, 2003), imprimindo a Santa Catarina uma estrutura produtiva bastante diversificada.

A segunda fase se inicia com o movimento de reestruturação produtiva em âmbito nacional na década de 1990, em que Santa Catarina experimenta mudanças estruturais significativas no seu sistema produtivo, com conseqüências drásticas sobre o mercado de trabalho.

De acordo com estudo do DIEESE (1996, p.65), “o comportamento do emprego a partir de 1990, em boa medida responde às desastrosas iniciativas do Governo Collor, que combinou recessão com abertura da economia, levando o empresariado a um comportamento defensivo que destruiu postos de trabalho”. Neste sentido, a reestruturação produtiva ajuda a explicar as mudanças por que passou o mundo do trabalho catarinense na década de 1990.

Iniciativas como a introdução de máquinas mais modernas, a redução dos níveis hierárquicos, terceirização e racionalização do trabalho ganharam força neste período, em que os efeitos das políticas econômicas liberalizantes aliadas à menor participação do Estado na economia não devem ser desconsiderados.

Sobre os efeitos destes processos no mundo do trabalho, Mattei & Lins (2001) observam que ao mesmo tempo em que se modificaram as estruturas produtivas e organizacionais, “produziu-se um aumento brutal nas demissões” (p.37). Por um lado, as empresas foram forçadas a se adaptarem a um novo ambiente concorrencial após a abertura comercial do início da década. Empreenderam, assim, grande esforço no sentido de ajustar

seus parques produtivos para fazer frente à concorrência que se acirrava. Empresas de diferentes segmentos da indústria sofreram reestruturação patrimonial, muitas se modernizaram e outras fecharam as portas.

Ocorreu um processo de reorganização da produção em Santa Catarina, com importantes conseqüências de cunho econômico e social. Grandes empresas do estado passaram às mãos do capital externo, pequenas e médias empresas lançaram-se em estratégias de terceirização e sub-contratação (ficando sua produção vinculada a grandes empresas), ou a prestação de serviços a terceiros, não mais produzindo de forma autônoma (LINS, 2000; GOULARTI FILHO, 2003), dentre um conjunto de outros fatores que representaram duro golpe ao emprego.

Em linhas gerais, podem-se destacar como principais características assumidas no mercado de trabalho catarinense, a partir das transformações estruturais da década de 1990, a elevação do desemprego, sobretudo na segunda metade da década, o crescimento de formas mais precárias de ocupação, especialmente em atividades terceirizadas ou informais; e a manutenção de elevado contingente de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas.

3.2 Comportamento da população economicamente ativa nos anos de 1990.

Muitas das transformações ocorridas nos anos de 1990 têm suas raízes em períodos anteriores. As alterações demográficas das últimas décadas, com aumento considerável da população urbana em detrimento da rural, ou mesmo o intenso processo de litoralização da população catarinense – em que municípios localizados no litoral do estado apresentam elevadas taxas de crescimento populacional (MATTEI& LINS, 2001) - se expressam fortemente no final do século XX.

Portanto, o ponto de partida desta seção é analisar o que vem ocorrendo no âmbito da população em idade ativa (PIA) e da população economicamente ativa (PEA), para posterior análise de indicadores mais específicos sobre o mercado de trabalho catarinense.

A tabela 2 apresenta os dados da PIA por sexo e situação do domicílio, para o período entre 1992 e 1999. O comportamento da PIA total, no que se refere à diferença de gênero, indica similaridade na distribuição entre os dois sexos. Em 1999, a PIA feminina e a masculina representavam, cada uma, 50% do total da população com 10 anos ou mais de idade do estado. No entanto, a PIA total cresceu a uma taxa média anual de 1,9 %, com crescimento levemente superior dos homens, cerca de 2 %, contra 1,8 % ao ano do crescimento da PIA feminina.

Nessa década, a população em idade ativa urbana apresentou crescimento positivo, significativamente superior ao registrado para a população rural, que decresceu em todo o período considerado. Com crescimento da ordem de 2,6 % ao ano, a PIA urbana representava, em 1999, 74% do total estadual. Em termos absolutos, isso significa que passou de 2.569.750, em 1992, para 3.091.332 pessoas, em 1999.

Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio. SC, 1992 e 1999.

| ÁREA CENSITÁRIA | | 1992 | 1999 | Taxa |
|-----------------------|----------|-----------|-----------|---------|
| SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO | | | | 1992/99 |
| SEXO | | | | % a a |
| TOTAL | | 3.653.173 | 4.174.356 | 1,92 |
| | Homens | 1.813.238 | 2.085.749 | 2,02 |
| | Mulheres | 1.839.935 | 2.088.607 | 1,83 |
| Urbano | | 2.569.750 | 3.091.332 | 2,68 |
| | Homens | 1.253.652 | 1.527.949 | 2,87 |
| | Mulheres | 1.316.098 | 1.563.383 | 2,49 |
| Rural | | 1.083.423 | 1.083.024 | 0,01 |
| | Homens | 559.586 | 557.800 | -0,05 |
| | Mulheres | 523.837 | 525.224 | 0,04 |

Fonte: IBGE/PNAD

Durante a década, o abandono do meio rural seguiu seu curso. O êxodo se expressou mais na população de 10 anos ou mais do sexo masculino, que no período apresentou decréscimo, enquanto a PIA rural feminina se manteve quase inalterada. A busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades no mercado de trabalho é que tem motivado este fenômeno. Mattei (1999), referindo-se especificamente à região Oeste de Santa Catarina, faz menção ao fato de o abandono do meio rural estar se dando mais fortemente na parte da população jovem, que parte em busca de novas oportunidades no meio urbano, pela falta de infra-estrutura básica e dificuldades financeiras no meio rural.

O contingente das pessoas de 10 anos ou mais de idade disponível para o trabalho, empregado ou desempregado, vai formar a PEA (População Economicamente Ativa). Em 1999, esta representava 67,3 % da PIA, taxa de participação econômica levemente superior a de 1992, quando a proporção foi de 65,9 %. Isso significa, em termos absolutos, um mercado de trabalho formado por 2.811.013 pessoas.

A tabela 3 apresenta o comportamento da população economicamente ativa (PEA) e da população não economicamente ativa para a década de 1990. A PEA apresentou taxa de crescimento anual de 2,2%, recebendo um incremento de 403.555 pessoas no período. Para

este resultado, contribuiu de forma mais acentuada o contingente feminino, que apresentou crescimento anual da ordem de 2,9 %, contra 1,8 % ao ano da PEA masculina.

Outros dois aspectos importantes podem ser observados nesta tabela. O primeiro refere-se ao comportamento da PEA urbana, que registrou um incremento de 3,6% ao ano entre 1992 e 1999. O outro aspecto se refere ao crescimento da PEA feminina que ocorreu de forma mais acelerada, registrando taxas de 4,6% ao ano, enquanto o contingente masculino cresceu a uma taxa anual de 3%. Com isso, a participação feminina na PEA total se elevou, passando de 39%, em 1992, para 41% da PEA, em 1999.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, segundo o sexo e situação do domicílio.

| CONDIÇÃO DE ATIVIDADE SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO SEXO | 1992 | 1999 | Taxa 1992/99 % ^a |
|--|-----------|-----------|-----------------------------------|
| Economicamente ativas | 2.407.458 | 2.811.013 | 2,24 |
| Homens | 1.447.758 | 1.639.038 | 1,79 |
| Mulheres | 959.700 | 1.171.975 | 2,90 |
| Urbano | 1.535.155 | 1.969.958 | 3,63 |
| Homens | 938.117 | 1.153.945 | 3,00 |
| Mulheres | 597.038 | 816.013 | 4,56 |
| Rural | 872.303 | 841.055 | -0,52 |
| Homens | 509.641 | 485.093 | -0,70 |
| Mulheres | 362.662 | 355.962 | -0,27 |
| Não economicamente ativas | 1.239.473 | 1.363.343 | 1,37 |
| Urbano | 1.028.921 | 1.121.374 | 1,24 |
| Rural | 210.552 | 241.969 | 2,01 |

Fonte: IBGE/PNAD

No meio rural, por sua vez, observou-se comportamento diferente da PEA, registrando-se um leve decréscimo no período. Assim, as pessoas economicamente ativas, que eram 872.303 em 1992, passaram para 841.055 pessoas em 1999. O contingente feminino da PEA rural encerrou a década com número menor de pessoas, 355.962 em 1999, contra 485.093 homens economicamente ativos no mesmo ano.

Do ponto de vista da população não economicamente ativa, nota-se um crescimento de 1,3% ao ano, sendo que apenas a evolução da população não economicamente ativa residente em áreas urbanas ocorreu de forma similar ao comportamento geral do quesito agregado estadual. Já no meio rural, porém, verifica-se um crescimento de forma mais acentuada. Os dados decompostos para o período revelam uma elevação da participação da população idosa entre os não economicamente ativos, fato que pode ser explicado, em parte, pela extensão dos benefícios da aposentadoria rural aos trabalhadores do campo, a partir de 1991 (MATTEI, 1999a).

Em termos da ocupação geral das pessoas, podem ser verificadas duas condições ocupacionais: as pessoas podem estar ocupadas ou desocupadas. No caso da PNAD, a condição de ocupação diz respeito a dois períodos de referência distintos: um pode ser a semana de referência da pesquisa e o outro o período de referência dos últimos 365 dias no momento da realização da mesma (PNAD, 1995).

A tabela 4 apresenta a PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e sexo, para a semana de referência. As pessoas são consideradas desocupadas, por exemplo, quando procuraram trabalho nos últimos 7 dias anteriores à realização da pesquisa.

Tabela 4: População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência, segundo a condição de ocupação e sexo.

| CONDIÇÃO DE ATIVIDADE CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO SEXO | 1992 | 1999 | Taxa 1992/99 % a. a |
|---|-----------|-----------|---------------------------|
| Economicamente ativas | 2.407.458 | 2.811.013 | 2,24 |
| Ocupadas | 2.315.516 | 2.608.600 | 1,72 |
| Desocupadas | 91.942 | 202.413 | 11,93 |
| Homens | 1.447.758 | 1.639.038 | 1,79 |
| Ocupados | 1.400.085 | 1.544.224 | 1,41 |
| Desocupadas | 47.673 | 94.814 | 10,32 |
| Mulheres | 959.700 | 1.171.975 | 2,90 |
| Ocupadas | 915.431 | 1.064.376 | 2,18 |
| Desocupadas | 44.269 | 107.599 | 13,53 |
| Não economicamente ativas | 1.239.473 | 1.363.343 | 1,37 |

Fonte: IBGE/PNAD

Observa-se que a PEA ocupada apresentou crescimento de 1,7% ao ano no período, atingindo montante que representava, em 1999, cerca de 93% do total da PEA do estado. Todavia, esta proporção era maior em 1992, quando atingia 96%. Esta diferença é explicada pelo incremento que ocorreu na PEA desocupada, registrando para a década taxas de crescimento da ordem de 11,9% ao ano.

A separação do aumento da PEA ocupada por sexo revela comportamentos um pouco distintos, uma vez que a PEA ocupada masculina cresceu a uma taxa de 1,4% ao ano, enquanto a feminina 2,1% ao ano. Esta diferença percentual, embora pequena, indica uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho no final do século XX em SC. No entanto, parte deste crescimento se localiza exatamente no contingente da PEA feminina desocupada, que passou de 44.269 pessoas, em 1992, 107.599 pessoas, em 1999. Em termos percentuais, isso significou uma taxa de 13,5 % ao ano. Este comportamento nos permite afirmar que o maior crescimento registrado para a PEA feminina no período está se revelando em um aumento do número de mulheres na condição de desemprego, ou seja, a maior

inserção da mulher no mercado de trabalho está resultando em maior número de mulheres na condição de “desocupadas”.

Neste sentido, evidencia-se na década de 1990 uma mudança estrutural no mercado de trabalho catarinense, relativamente à participação das mulheres disponíveis para o trabalho. Estas, que em 1992, eram 39,8% da PEA, chegaram em 1999 representando 41,6%, porém com uma taxa de ocupação de 90,8%, contra 94,2% da PEA masculina. Em parte, este comportamento revela que as mulheres estão mais expostas ao desemprego, já que encontram mais dificuldades para se colocarem no mercado. Este fato é mensurado por uma taxa de desemprego aberto da ordem de 9% contra 5,7% dos homens, no final do período considerado.

Outro aspecto relevante é observar as mudanças que vem ocorrendo na composição da PEA ocupada a partir do maior contingente de trabalhadores, que são os assalariados, procurando realçar as diferenças entre as categorias de assalariamento, conforme a tabela 5. Em primeiro lugar, nota-se que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, embora representem o contingente mais expressivo no total de assalariados, cresceram a uma taxa de 1,5% ao ano.

Já os funcionários públicos, categoria ocupacional que goza de uma situação com maior proteção no mercado de trabalho, tanto no que se refere às questões de ordem legal como nos diversos benefícios conquistados ao longo do tempo, sofreram um incremento de 41,5% no período, apresentando crescimento médio anual de 5,1% entre 1992 e 1999.

A categoria de assalariamento que abrange os trabalhadores sem carteira assinada e, portanto, não amparados pela legislação trabalhista em vigor e excluídos das benesses que a condição formal garante (garantia de salário mínimo, seguro desemprego, férias regulamentares, etc.), apresentou crescimento bem superior aos trabalhadores com carteira assinada. Parte desta expansão está atrelada aos postos de trabalho relativos às atividades informais e indica a expansão da informalidade no mercado de trabalho catarinense na década de 1990.

De alguma forma, a afirmação anterior guarda forte relação com o comportamento dos dados da tabela acima. Isto porque a participação dos assalariados sem carteira no conjunto dos assalariados passou de 19,3%, em 1992, para 20,6%, no final do período, indicando um processo de mudança desfavorável aos trabalhadores assalariados catarinenses, na medida em que aumentaram as formas menos protegidas desta condição de ocupação.

Tabela 5: População Economicamente Ativa ocupada assalariada, por categoria do emprego na semana de referência. SC, 1992 e 1999.

| População | 1992 | 1999 | % a.a. | variação total 1992-1999 |
|------------------------------|-------------|-------------|---------------|-------------------------------------|
| Assalariados | 1.129.386 | 1.309.828 | 2,1 | 16,0 |
| Com carteira | 822.344 | 914.312 | 1,5 | 11,2 |
| Militares e func públicos | 87.973 | 124.475 | 5,1 | 41,5 |
| Sem carteira | 219.069 | 271.041 | 3,1 | 23,7 |
| Homens | 767.871 | 867.792 | 1,8 | 13,0 |
| Com carteira | 567.529 | 614.198 | 1,1 | 8,2 |
| Militares e func públicos | 41.997 | 67.472 | 7,0 | 60,7 |
| Sem carteira | 158.345 | 186.122 | 2,3 | 17,5 |
| Mulheres | 361.515 | 442.036 | 2,9 | 22,3 |
| Com carteira | 254.815 | 300.114 | 2,4 | 17,8 |
| Militares e func públicos | 45.976 | 57.003 | 3,1 | 24,0 |
| Sem carteira | 60.724 | 84.919 | 4,9 | 39,8 |

Fonte: PNAD

Do ponto de vista geral do crescimento dos assalariados, verifica-se que as mulheres contribuíram mais, crescendo a uma taxa anual de 2,9%, contra 1,8% dos homens. Porém, quando se desagrega essas informações pela condição do assalariamento, nota-se que o crescimento das mulheres com carteira assinada foi de 2,4%, contra 1,1% dos homens, podendo ser considerado aspecto importante da inserção assalariada feminina. Todavia, quando se considera o outro aspecto do assalariamento, ou seja, a condição sem carteira assinada, observa-se que as mulheres tiveram um crescimento de 4,9% no período, enquanto os homens sofreram incremento anual médio de 2,3% entre 1992 e 1999. Neste sentido, fica evidente que a informalidade afeta de maneira mais forte a PEA feminina do que a masculina, exceção apenas para os funcionários públicos e/ou militares, em que o contingente masculino apresentou maior expansão.

3.3 Distribuição setorial da PEA ocupada catarinense.

Segundo dados apresentados por Mattei & Lins (2001), 12,9% do PIB catarinense, em 1998, provinha da produção agropecuária, 41,8% do setor de Serviços e 45,3% da produção industrial. A forte presença da produção agropecuária no estado lhe garante, como indicam os autores, forte participação na produção primária nacional.

O processo de modernização da agricultura que ganhou força com a revolução verde dos anos 1960 ajudou a impulsionar o abandono do campo nas décadas subseqüentes. A saída do meio rural se dava e ainda se dá, sobretudo, pela busca nos espaços urbanos de melhores condições de vida. Recentemente, porém, surgiram outras questões que contribuem para a manutenção do êxodo.

Uma delas diz respeito à forma de organização da produção, sobretudo na região oeste do estado, que é predominantemente agrícola, em que os grandes conglomerados agroindustriais passaram a exigir escalas mínimas de produção dos seus produtores agrícolas integrados, além de muitas plantas destas empresas terem sido transferidas para outras regiões do Brasil (MATTEI, 1999). Acrescente-se a isso o fato de haver no meio urbano melhores condições de infra-estrutura, como escolas, hospitais, etc, fatores que imprimem maior atratividade a este meio.

O setor secundário foi especialmente afetado pela reestruturação produtiva ocorrida na década. A introdução de novas tecnologias, novos processos produtivos e novas relações de trabalho se deram de forma mais evidente neste setor da economia. Segundo Mattei & Lins (2001, p.36) “a reestruturação industrial efetuada em Santa Catarina na última década do século XX incidiu em diferentes tipos de atividades secundárias”. Os autores realçam o fato de que com a abertura comercial do início da década, foi estabelecido um novo quadro de competitividade, este motivando iniciativas de reestruturação e abrindo possibilidades de modernização.

É neste sentido que a modernização tecnológica e a introdução de novos processos de produção impactaram negativamente no mercado de trabalho. Dentre os aspectos relativos às mudanças do período, destacam-se o aumento expressivo do desemprego em setores como o têxtil-vestuarista; o aumento das exigências quanto a qualificação profissional; o surgimento e larga disseminação de métodos mais precários como subcontratação, terceirização; condições de trabalho mais precária (LINS, 1998); além de um conjunto de novas e velhas inseguranças do mundo do trabalho.

A tabela 6 nos permite observar a distribuição da PEA ocupada de Santa Catarina segundo os ramos de produção. Embora a PEA ocupada na atividade agricultura tenha registrado decréscimo no período, esta ainda representava, em 1999, 28% do total da PEA ocupada do estado. Em 1992 esta relação era de 36%, o que sem dúvida merece atenção, já que este setor mantém-se como um dos mais expressivos na geração de ocupações em âmbito estadual.

A indústria de transformação ainda concentrava, no final da década de 1990, grande parte dos trabalhadores ocupados, com 522.895 pessoas, o que representava cerca de 20% da PEA ocupada do estado. A indústria da construção, dentro do setor secundário, vem em seguida representando pouco mais de 6 % da PEA ocupada.

Tabela 6: Distribuição da PEA ocupada, segundo os ramos de atividade econômica. SC, 1992 e 1999.

| Ramos de atividade | 1992 | % | 1999 | % | % a.a |
|---|-----------|------|-----------|------|-------|
| Total | 2.315.516 | 100 | 2.608.600 | 100 | 1,72 |
| Agrícola | 831.994 | 35,9 | 736.928 | 28,2 | -1,72 |
| Indústria de transformação | 454.007 | 19,6 | 522.895 | 20 | 2,04 |
| Indústria da construção | 135.639 | 5,9 | 171.590 | 6,6 | 3,42 |
| Outras atividades industriais | 27.811 | 1,2 | 28.499 | 1,1 | 0,35 |
| Comércio de mercadorias | 219.072 | 9,5 | 259.388 | 9,9 | 2,44 |
| Prestação de serviços | 291.153 | 12,6 | 404.220 | 15,5 | 4,8 |
| Serv. Auxiliares da atividade econômica | 55.052 | 2,4 | 95.387 | 3,7 | 8,17 |
| Transporte e comunicação | 62.985 | 2,7 | 86.074 | 3,3 | 4,56 |
| Social | 132.246 | 5,7 | 169.255 | 6,5 | 3,59 |
| Administração pública | 72.074 | 3,1 | 94.812 | 3,6 | 3,99 |
| Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas | 33.483 | 1,4 | 39.552 | 1,5 | 2,41 |

Fonte: PNAD

A participação relativa do emprego industrial no conjunto do emprego em Santa Catarina não diminui, porém se mantém praticamente a mesma ao longo de toda a década. Isso evidencia a menor capacidade de que gozam os ramos industriais para criar empregos, abrindo espaço para alterações de cunho estrutural na forma de distribuição do emprego entre os setores da economia catarinense.

A maior evidência da dimensão de mudanças do período, que podem ser interpretadas como sendo de caráter estrutural, é observada nos ramos de produção não industriais, os quais aumentam sua participação no total da PEA ocupada catarinense na década de 1990. O ramo da prestação de serviços, um dos mais expressivos relativamente à PEA ocupada, cresceu a uma taxa de 4,8 % ao ano, passando de 291.153 pessoas, em 1992, para 404.220 pessoas, em 1999. Com isso, o ramo da prestação de serviços, que em 1992 representava 12,6% da PEA ocupada total, em 1999 passou a responder por 15,5% da PEA catarinense. Em parte, pode-se afirmar que muitos trabalhadores que não encontraram trabalho em outras áreas devem ter migrado para este setor específico da economia.

Além deste, destaca-se também, em termos de crescimento anual, o ramo de serviços auxiliares da atividade econômica, que no período registrou crescimento médio anual da ordem de 8%, seguido pela administração pública (4% ao ano) e o social que cresceu a 3,6%

ao ano. Estes ramos, porém, representavam em 1999 pouco mais que 13% do total da PEA ocupada, proporção que em 1992 era de 11 %.

No caso de Santa Catarina, o intenso processo de urbanização experimentado nas últimas décadas, afetando especialmente o litoral do estado, contribuiu para o crescimento das atividades relacionadas aos ramos do setor terciário e com fortes características urbanas. Considerando-se que as atividades do mercado informal de trabalho – produção para o próprio consumo, trabalho doméstico, etc - apresentam crescimento marcadamente superior à condição de assalariamento formal – que concentra a maioria dos trabalhadores com relações formais de trabalho -, pode-se afirmar que grande parte dos empregos criados na década de 1990 foi sob condições mais precárias e menos seguras que o tradicional trabalho assalariado formal do meio industrial.

3.4 - PEA ocupada segundo a jornada de trabalho.

Um indicador importante do mercado de trabalho catarinense pode ser observado na tabela 7, que trata de analisar a distribuição da PEA ocupada segundo a jornada habitual de trabalho. No que refere à PEA ocupada total, a variação mais expressiva foi dos ocupados nas faixas de até 14 horas e de 40 a 44 horas semanais. O crescimento do primeiro grupo de horas trabalhadas pode ser explicado pelo fato de ter aumentado a informalidade nos anos de 1990, fenômeno caracterizado por atividades muitas vezes esporádicas, de jornada irregular, os tradicionais “bicos” a que se submetem os trabalhadores na ausência de oportunidades em atividades tradicionais.

Para os assalariados, que são a maioria da PEA ocupada, a distribuição pelos diferentes grupos de horas trabalhadas se dá de forma concentrada, ou seja, os assalariados estão concentrados no intervalo de 40 a 44 horas semanais, com pouco mais de 56%, em 1992, e 57% deles trabalhando neste intervalo de horas em 1999. É importante lembrar que o regime de trabalho definido pelas leis do país está limitado a 44 horas semanais. Isto ajuda a explicar a forte presença dos trabalhadores com jornada neste intervalo, dado também que a maior parcela dos assalariados é amparada pela legislação trabalhista em vigor.

Sobre este aspecto ainda é importante assinalar que na década de 1990 no Brasil intensificou-se a pressão pela redução da jornada legal de trabalho. Em muitos casos, a redução ocorre em troca de flexibilização da jornada, conforme necessidade criada pelo processo de reestruturação produtiva das empresas. Neste sentido, também ocorreram

mudanças na legislação, em que a criação do banco de horas³ e a regulamentação do trabalho temporário parcial são as principais expressões destas alterações no mercado de trabalho (CARDOSO JR, 2001).

Tabela 7: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 1999.

| Posição na Ocupação | Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%) | | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|------|---------|------|---------|------|---------|------|------------|------|
| | Até 14 | | 15 a 39 | | 40 a 44 | | 45 a 48 | | 49 ou mais | |
| | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 |
| Total | 3,2 | 7,3 | 17,8 | 18,2 | 35,6 | 38,4 | 12,5 | 11,4 | 30,5 | 24,3 |
| Assalariados | 0,5 | 0,9 | 9,5 | 11,9 | 56,6 | 57,1 | 15,1 | 15,0 | 18,1 | 14,7 |
| Trab. Domésticos | 4,1 | 11,3 | 30,7 | 34,4 | 21,3 | 29,8 | 12,9 | 8,4 | 30,7 | 15,9 |
| Conta própria | 2,0 | 4,5 | 16,8 | 15,7 | 13,9 | 22,4 | 11,8 | 11,3 | 55,0 | 45,6 |
| Empregadores | 0,6 | 2,1 | 9,2 | 8,9 | 24,3 | 23,5 | 13,8 | 8,9 | 51,3 | 55,9 |
| Não remunerados | 2,9 | 9,4 | 34,7 | 39,6 | 16,6 | 17,3 | 7,5 | 5,9 | 37,9 | 27,4 |
| Produção para o próprio consumo | 46,0 | 61,1 | 39,8 | 27,0 | 4,9 | 3,7 | 4,9 | ... | 4,2 | 8,1 |
| Construção para o próprio uso | ... | 12,4 | 25,0 | 50,0 | 24,9 | 12,4 | 24,9 | 12,5 | 25,0 | 12,5 |

Fonte: IBGE/PNAD

Outros dois grupos de horas em que os assalariados se distribuem de forma mais expressiva, são o intervalo de 45 a 48 horas e mais de 49, sendo que no primeiro intervalo manteve-se a proporção de 15% da PEA ocupada no período considerado. Já no grupo dos ocupados por mais de 49 horas semanais ocorreu uma redução da sua participação de 18%, em 1992, para 15% em 1999.

Considerando-se os dois intervalos menores, até 14 horas e de 15 a 39, para a categoria dos assalariados ocupados, nota-se que o segundo intervalo representava 12% para a categoria em 1999, enquanto que a menor jornada não representava mais que 1% dos trabalhadores assalariados no final do período.

Os trabalhadores domésticos, por sua vez, estão mais bem distribuídos entre os grupos de horas trabalhadas. Para estes a jornada habitual varia bastante, sendo que o maior contingente concentra-se no intervalo de 15 a 39 horas semanais, atingindo aproximadamente 35% do total em 1999. Ocorreu, porém, uma redistribuição destes trabalhadores nos diferentes grupos de horas trabalhadas, uma vez que diminuiu o contingente ocupado em jornadas mais longas e aumentou o número absoluto de trabalhadores nas jornadas curtas.

³ Como explica Cardoso Jr. (2001, p. 44) “o banco de horas permite que o acréscimo de salário seja dispensado se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 120 dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite de dez horas diárias”.

Movimento similar foi observado para os trabalhadores por conta própria, que também tiveram diminuídas suas jornadas semanais habituais de trabalho nos anos de 1990. Para estes, porém, ainda se mantém expressivo o contingente de ocupados com jornadas superiores a 49 horas semanais. Cabe ressaltar que é no setor agrícola que o contingente de trabalhadores conta própria é mais expressivo. Como neste setor é o próprio trabalhador que define sua jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, sabe-se que na agricultura a jornada é sempre superior a das demais atividades, pode-se imputar a este setor contribuição essencial neste grupo de horas trabalhadas.

Quanto aos empregadores, nota-se que 56% destes fecharam a década ocupando-se mais de 49 horas semanais, percentual que era de 51% em 1992. Chama atenção, ainda o fato de 27% dos não remunerados terem esta mesma jornada. Entretanto, a proporção deste contingente diminuiu em relação a 1992, com a jornada mais expressiva desta categoria de trabalhadores se situando no intervalo de 15 a 39 horas semanais.

3.5 - Rendimento dos trabalhadores.

Outro aspecto que merece atenção na análise sobre o mercado de trabalho é a condição de rendimento dos trabalhadores. Destaque especial deve ser dado às mulheres, que embora aumentem sua participação no mercado, mantêm-se em condições de desvantagem perante os homens no quesito rendimentos do trabalho. A tabela 8 mostra que a renda das mulheres está aumentando, se comparada à renda dos homens, mas ainda se apresenta em condições de elevada desigualdade. Em 1992 o rendimento médio das mulheres em Santa Catarina era de 41% do rendimento dos homens. Em 1999, apesar desta relação ter subido para aproximadamente 52%, permanece em um patamar muito distante, comparativamente ao rendimento médio do trabalho masculino.

Tabela 8: Percentual do rendimento das mulheres como proporção do rendimento dos homens. SC, 1992 e 1999.

| Situação do domicílio | Renda das mulheres como proporção da renda dos homens (%) | |
|-----------------------|---|------|
| | 1992 | 1999 |
| Total | 41,4 | 51,6 |
| Urbano | 47,8 | 55,1 |
| Rural | 21 | 34,4 |

Fonte: PNAD

Considerando-se a situação de domicílio, verifica-se que essa condição de desigualdade é ainda mais evidente para as mulheres residentes no meio rural. Para estas, em 1992 os rendimentos médios significavam menos de 21% da renda média masculina. Ao longo de toda a década ocorreu melhora, porém no final do período esta relação não era superior a 35%, mostrando a grande desigualdade de renda rural, tomando-se como referência a questão de gênero.

Já para as trabalhadoras residentes no meio urbano esta relação é um pouco mais favorável, uma vez que a renda média feminina se situava 55% abaixo da renda masculina no final do período considerado, indicando uma tendência de diminuição da desigualdade de rendimento em relação aos homens. Porém, a superação desta diferença deverá ser muito lenta, tendo em vista as características estruturais do mercado de trabalho no estado e no próprio país.

A condição de inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda se dá de maneira menos vantajosa do que para os homens. Embora estas tenham aumentado sua participação no mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990, restam conquistas importantes a serem alcançadas no que tange às condições de remuneração. No entanto, deve-se registrar que a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, expressada através das condições inferiores de rendimento em relação aos homens, não é privilégio exclusivo do mercado de trabalho catarinense.

Outro aspecto que permite acompanhar características particulares da evolução da PEA ocupada por classes de rendimento no estado é a distribuição dos rendimentos de acordo com as diferentes jornadas de trabalho. Através da tabela 9 nota-se que a participação das pessoas com rendimentos baixos é bastante expressiva justamente no grupo com elevada jornada semanal de trabalho.

Partindo-se da faixa de rendimento das pessoas que recebiam até meio salário mínimo mensal em 1999, verifica-se que 26% trabalhavam até 14 horas semanais; 41% tinham jornada de 15 a 39 horas e 16% tinham jornada superior a 49 horas semanais. Para esta faixa de rendimento houve redução na jornada de trabalho ao longo da década, tendo sido os trabalhadores dos grupos de horas de 45 a 48 horas semanais e mais de 49 horas aqueles que sofreram as maiores reduções.

Este movimento pode ter relação com o aumento da informalidade registrada no período, já que estas atividades tendem a não apresentar jornadas de trabalho dentro dos padrões tradicionais, como as jornadas praticadas na indústria, por exemplo. Em geral, a

informalidade caracteriza-se em atividades muitas vezes esporádicas, nem sempre demandando jornadas de trabalho muito longas.

Tabela 9: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 1999.

| Classes de rendimento | Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%) | | | | | | | | | |
|-----------------------|--|------|---------|------|---------|------|---------|------|------------|------|
| | Até 14 | | 15 a 39 | | 40 a 44 | | 45 a 48 | | 49 ou mais | |
| | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 |
| Total | 3,2 | 7,3 | 17,8 | 18,2 | 35,6 | 38,4 | 12,5 | 11,4 | 30,5 | 24,3 |
| Até ½ SM | 7,2 | 25,9 | 43,5 | 41,6 | 14,5 | 12,0 | 11,1 | 4,6 | 22,9 | 15,7 |
| mais de 1/2 a 1 SM | 2,6 | 7,4 | 19,9 | 30,9 | 33,1 | 33,6 | 11,5 | 10,4 | 32,5 | 17,5 |
| mais de 1 a 2 SM | 0,4 | 3,1 | 9,0 | 18,3 | 44,6 | 43,8 | 17,9 | 15,4 | 27,8 | 19,1 |
| mais de 2 a 3 SM | 0,1 | 0,4 | 6,2 | 8,9 | 45,9 | 51,0 | 15,9 | 17,6 | 31,4 | 21,5 |
| mais de 3 a 5 SM | 0,6 | 0,4 | 8,2 | 7,7 | 47,1 | 48,3 | 13,0 | 12,1 | 30,9 | 31,0 |
| mais de 5 a 10 SM | 0,3 | 0,4 | 10,5 | 9,5 | 48,6 | 45,7 | 7,2 | 10,8 | 33,1 | 33,2 |
| mais de 10 a 20 SM | ... | 2,0 | 15,9 | 7,1 | 48,0 | 42,6 | 10,9 | 6,5 | 25,0 | 41,1 |
| mais de 20 SM | ... | ... | 16,6 | 12,3 | 45,8 | 43,2 | 16,6 | 7,4 | 20,8 | 37,0 |
| Sem rendimento | 10,5 | 27,0 | 35,4 | 35,3 | 14,5 | 12,7 | 7,2 | 3,9 | 32,0 | 20,7 |

Fonte: IBGE/PNAD.

SM: Salário Mínimo

Excetuando-se esta faixa de rendimento, em todas as demais faixas de renda contingentes expressivos de trabalhadores concentram-se no grupo de horas que varia de 40 a 44 horas trabalhadas semanalmente, no trabalho principal. Além disso, registre-se que nas maiores classes de rendimento as jornadas também são maiores e com tendência, inclusive, de crescimento no período.

A tabela 10 apresenta a distribuição das pessoas cruzando nível de escolaridade com classes de remuneração para a PEA ocupada catarinense. Tomando-se como referência a PEA ocupada total é possível verificar que a maioria dos trabalhadores, cerca 40% em 1999, tinha de 4 a 7 anos de estudo. Embora diminua o contingente ocupado com menos de 1 ano de estudo ou sem instrução, o nível médio de escolaridade dos trabalhadores permanece extremamente baixo. Assim, nota-se que aproximadamente 57% da PEA ocupada em 1999 se situava entre “sem instrução” até 7 anos de estudo, o que no sistema formal de educação do país corresponde a ter o primeiro grau incompleto.

Entretanto, o fato mais importante a ser ressaltado é que a grande maioria dos trabalhadores com faixas de rendimentos baixos também apresentavam níveis de escolaridade baixos, comprovando a existência de uma estreita relação entre os quesitos “escolaridade e renda”.

É consensual na literatura especializada que ocorreram melhorias importantes nos indicadores educacionais do país na década de 1990. No caso de Santa Catarina, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2000), além de ter-se reduzido o analfabetismo de 11,5% da população em 1991, para 7,5% em 2000, foi registrado aumento do tempo médio de estudo das pessoas com mais de 25 anos, de 5 para 6 anos, o que não pode ser considerado um grande avanço, tendo em vista que este tempo médio nem sequer corresponde ao primeiro grau da educação formal tradicional.

Tabela 10: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de anos de estudo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. SC, 1992 e 1999.

| Classes de rendimento | Grupos de anos de estudo (%) | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-----------------------------------|------|-------|------|-------|------|--------|------|---------|------|------------|------|
| | Sem instrução e menos de 1 ano | | 1 a 3 | | 4 a 7 | | 8 a 10 | | 11 a 14 | | 15 ou mais | |
| | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 |
| Total | 7,6 | 4,5 | 16,1 | 12,3 | 45,2 | 40,0 | 15,4 | 19,4 | 11,4 | 16,7 | 3,9 | 5,7 |
| Até ½ SM | 14,9 | 15,3 | 27,0 | 25,9 | 44,7 | 42,3 | 10,4 | 11,5 | 2,7 | 2,8 | ... | ... |
| mais de 1/2 a 1 SM | 12,2 | 7,3 | 17,7 | 17,5 | 49,1 | 44,9 | 14,0 | 21,2 | 6,1 | 6,4 | 0,4 | 0,3 |
| mais de 1 a 2 SM | 9,1 | 5,9 | 16,0 | 14,7 | 44,8 | 43,6 | 18,5 | 23,4 | 8,8 | 10,3 | 2,2 | 0,5 |
| mais de 2 a 3 SM | 5,5 | 3,3 | 14,9 | 9,3 | 41,2 | 42,1 | 22,0 | 21,3 | 14,1 | 20,7 | 1,6 | 1,7 |
| mais de 3 a 5 SM | 3,2 | 2,2 | 10,4 | 7,8 | 40,9 | 33,7 | 18,9 | 23,3 | 20,3 | 26,4 | 5,8 | 5,8 |
| mais de 5 a 10 SM | 1,6 | 0,6 | 6,8 | 4,6 | 29,3 | 26,7 | 19,2 | 22,0 | 30,2 | 32,0 | 12,7 | 13,6 |
| mais de 10 a 20 SM | 1,0 | 0,5 | 7,4 | 3,4 | 18,0 | 22,9 | 9,5 | 9,7 | 31,9 | 29,7 | 31,9 | 33,6 |
| mais de 20 SM | ... | ... | 2,7 | 1,1 | 10,8 | 6,6 | ... | 6,6 | 18,9 | 28,8 | 67,5 | 56,6 |
| Sem rendimento | 8,8 | 7,5 | 21,2 | 20,6 | 58,4 | 53,0 | 8,3 | 12,8 | 2,9 | 4,2 | 0,1 | 0,6 |

Fonte: IBGE/PNAD.

SM: Salário Mínimo

Por outro lado, fica evidente também que os trabalhadores com os maiores níveis de escolaridade são aqueles que obtêm os maiores rendimentos. Por exemplo, observa-se que na classe de rendimento de 10 a 20 salários mensais aproximadamente 37% dos ocupados tem escolaridade superior a 15 anos de estudo. Já para aqueles trabalhadores com faixa salarial superior a 20 salários essa relação é ainda mais intensa, mesmo que ao longo do período tenham ocorridas pequenas oscilações.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período considerado neste estudo foi marcado por importantes mudanças nas formas de produzir, com conseqüências decisivas sobre o mundo do trabalho. Esta é a fase da chamada “globalização econômica”, que tem como característica central a reestruturação produtiva engendrada a partir da terceira revolução industrial.

Na abordagem sobre a forma de inserção da economia brasileira neste novo cenário ficou evidente a condição de dependência do país frente ao mundo capitalista desenvolvido, devido à forma passiva de inserção do país no processo de globalização, o que reafirma sua posição de nação desfavorecida no contexto da nova divisão internacional do trabalho.

De um modo geral, nota-se que a aceleração do desemprego ocorreu mais fortemente a partir dos anos de 1990, quando foi adotada a agenda de reformas neoliberais, as quais causaram grandes mudanças na estrutura produtiva do país. Assim, observa-se que os efeitos visíveis deste processo geral sobre o mundo do trabalho produziram, até o presente momento, rebaixamento nas condições de vida dos trabalhadores, especialmente no que concerne a distribuição de renda.

O estado de Santa Catarina, seguindo tendência nacional, experimentou o aumento do desemprego e das demais inseguranças que galgaram espaços no mundo do trabalho. Embora tenha apresentado taxas de desemprego inferiores às taxas apresentadas pelo país, estas sofreram elevação considerável no decorrer da década de 1990.

Na análise da distribuição setorial da PEA ocupada do estado foram identificadas importantes mudanças no sentido da re-alocação entre os setores da economia. O decréscimo do setor primário seguiu seu curso, enquanto o setor secundário pouco variou no período. Paralelamente, ocorreu aumento da participação na PEA dos ramos de atividade do setor terciário. Mesmo assim, ressalta-se o fato de que o setor agrícola ainda detinha, em 1999, 28% da PEA ocupada do estado.

O ramo da indústria de transformação manteve-se como um dos mais importantes, dando ocupação para cerca de 20% da PEA estadual, ao mesmo tempo em que se manteve constante a participação da indústria da construção na PEA total. O destaque fica por conta do ramo da prestação de serviços que aumentou expressivamente sua participação relativa. Os demais ramos do setor terciário também cresceram significativamente no período, mas não com a mesma expressão do ocorrido no ramo de prestação de serviços.

Os dados referentes à posição na ocupação revelaram que os “empregados” (assalariados) são a categoria mais importante, representando aproximadamente 50% da PEA

total em 1999. Enquanto isso, os trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo aumentaram bastante no período e os não-remunerados diminuíram sua participação na PEA total.

Do ponto de vista de gênero, destaca-se o fato de que as mulheres passaram a ocupar mais espaço em ocupações como “empregados” e “empregadores”, as quais tiveram elevado crescimento. No conjunto, entretanto, as mulheres têm apresentado taxas de desemprego maiores e condições de inserção no mercado menos favoráveis daquelas oferecidas aos homens.

No que diz respeito ao rendimento mensal dos trabalhadores, identificou-se a redução da participação relativa da PEA ocupada com remuneração de até meio salário mínimo a dois salários, com todas as demais faixas salariais mais elevadas registrando aumento. Os “sem rendimento” diminuíram sua participação no total, embora continuem tendo grande expressão no conjunto das categorias, especialmente porque no setor agrícola esta modalidade de trabalho é mais comum e mantém alocado um expressivo contingente de trabalhadores.

Registre-se que nesta faixa de rendimento de até 2 salários mínimos as mulheres ainda são a maioria, embora estejam timidamente aumentando sua participação nas faixas de salários mais elevados. Outro aspecto identificado com relação à inserção das mulheres no mundo do trabalho refere-se à menor renda média aferida em relação aos homens. Embora o rendimento das mulheres tenha sido maior em 1999, este representava somente 51% do rendimento médio dos homens.

Do ponto de vista da jornada de trabalho, a distribuição da PEA ocupada do estado mostra um crescimento das ocupações na faixa até 14 horas trabalhadas, a qual apresentou as maiores taxas anuais de crescimento no período. Este comportamento, em parte, reflete o aumento das atividades informais ocorrido na década, já que estas atividades apresentam-se de forma menos rígida, comparativamente às jornadas tradicionais dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada.

De um modo geral, é possível afirmar que o mercado de trabalho catarinense foi afetado pelas mudanças estruturais da década de 1990, particularmente em vários aspectos mencionados ao longo deste trabalho, destacando-se que a PEA ocupada teve evolução inferior à PEA desocupada; as mulheres ainda mantêm uma condição de desocupação mais acentuada que os homens; a informalidade e o desemprego cresceram bastante.

Estes elementos permitem identificar um conjunto de tendências, destacando-se: 1) a expansão do setor terciário, onde as atividades do comércio e de serviços ganham força; 2) a tendência de redução da PEA ocupada no setor agrícola do estado; 3) o aumento da

informalidade, fenômeno que se expressa de maneira mais forte no contingente da PEA ocupada feminina; e 4) a continuidade da disparidade salarial entre homens e mulheres.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. Mercado de trabajo, flexibilización y nuevas formas de regulación. Campinas: CESIT.IE.UNICAMP, 2000. (Cadernos do CESIT, nº 29).

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, 155 p.

COUTINHO, L.A. Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: Revista Economia e Sociedade, n.1, ago. 1992.

CUNHA, I. J. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DEDECCA, C. S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado.** 1997. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE.

DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos.** São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 95-111.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. In: Congresso da ABPHE, 2003. In: <<http://www.abphe.org.br/congresso2003-TextosAbphe/2003/52>>

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991.** Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação Produtiva e Impactos Sócio-Espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação produtiva em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

MATTEI, L. & LINS, H. A sócioeconomia catarinense no limiar do século XXI. In: PEREIRA, L., CÁRIO, S., KOEHLER, M. (org). **Padrão competitivo e dinâmica econômica competitiva: estudo sobre setores selecionados em SC.** Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2001, 196 p.

MATTEI, Lauro. **A evolução do emprego agrícola no Brasil.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v.4).

MATTEI, Lauro. Pluriatividade e desenvolvimento rural em Santa Catarina. 1999. Tese de doutorado em Economia. Campinas:UNICAMP/IE.

MATTEI, Lauro. Panorama atual do desenvolvimento sócio-econômico catarinense. Seminário estadual sobre perspectiva da economia catarinense no século XXI. Florianópolis, 1999a.

MATTEI, Lauro A globalização econômica como fator de exclusão social. In: Revista Katálisis. Florianópolis: v.7 n. 1, p.57-68, jan./jun. 2004.

MATTOS, Fernando A. de. Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana. 2001. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE.

MATTOSO, J.E.L.; BALTAR, P. E.de A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas: CESIT.IE.UNICAMP, 1996. (Cadernos do CESIT, nº 21).

MATTOSO, J.E.L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos**. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE, 1995.

PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 20 de março de 2006.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O trabalho na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Balanço de duas décadas do emprego no Brasil. Formação, Brasília, v.2, n.6, paginas 5 – 14, setembro/dezembro de 2002a.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2004.

RODARTE, Mário M. S.; BRAGA, T.S; GARCIA, L.S. Desemprego de longa duração como corolário da “Década Neoliberal”: a evolução do desemprego metropolitano entre as décadas de 1990 e 2000. In: Congresso ABET, 2005. Anais do congresso. CD Room.

SUZIGAN, W. A crise dos anos 70 e a necessidade de reestruturar o setor produtivo dos países avançados. In: SUZIGAN, W. et. alli. **Reestruturação industrial e competitividade internacional**. São Paulo: SEADE, p. 7-31, 1989.

WELLER, Jurgen. Procesos de exclusión e inclusión laboral: la expansión del empleo en el sector terciario. CEPAL: Série macroeconomia del desarrollo. Santiago de Chile, 2001. Disponible em: <<http://www.eclac.org>> Acessado em 20 de março de 2006.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/06 - CÁRIO, Silvio A. Ferraz e ALMEIDA, Carla Cristina Rosa de. Indústria Automobilística Brasileira: Conjuntura Recente e Estratégias de Desenvolvimento.

Nº 02/06 - GOULARTI FILHO, Alcides. A Construção e a Modernização do Porto de Itajaí e Construção e modernização do Porto de São Francisco do Sul.

Nº 03/06 - MATTEI, Lauro e NIEDERLE, Sidnei L. O Comportamento do Mercado de Trabalho em Santa Catarina nos anos de 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3331.9458 – Fax (48) 3331.9776